



PEC 241 e a Educação como projeto de país

31 de Outubro de 2016
Senado Federal, Brasília

A Educação que
precisamos para o País
que queremos



Metas a serem alcançadas



- Matricular todas as **2,8 milhões** de crianças e jovens ainda **fora da escola**;
- Garantir que todas as crianças de 8 anos estejam plenamente **alfabetizadas** (em 2014, 56% estavam nos dois níveis mais baixos em Leitura na ANA);
- Assegurar que os jovens concluam o Ensino Médio com o **aprendizado adequado para enfrentar o mundo do século 21** (em 2013 eram apenas 27% em Língua Portuguesa e 9% em Matemática);
- Tornar a carreira docente **atraativa** e melhorar radicalmente sua **formação**

Apenas 2% dos jovens querem ser professor, cuja remuneração é 54% da média dos demais profissionais com ensino superior

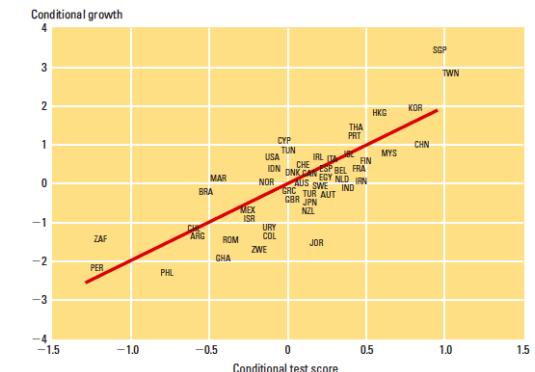
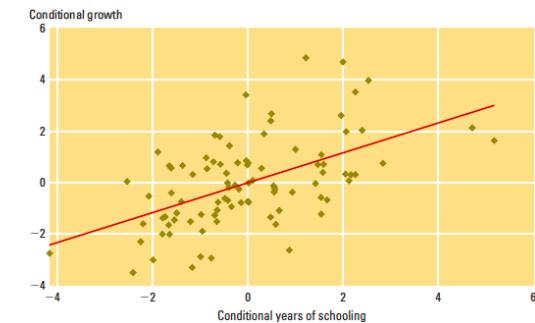
38% dos graduandos em cursos à distância, enquanto 3% nas Engenharias

A importância do investimento em Educação



Colocar a Educação como eixo central de desenvolvimento do país, **preservando, ampliando e qualificando** seu investimento, é inadiável para o Brasil (e para uma efetiva superação da crise):

- 3 anos a mais de escolaridade média tendem a levar a um crescimento de **mais de 1% do PIB** de uma nação (UNESCO) – *para isso bastaria garantir que a população com mais de 17 anos tivesse EM completo*
- Cada ano adicional de escolaridade aumenta em mais de **15% a renda do trabalhador** ao longo da vida (Naércio Menezes Filho)
 - *Ainda mais que a escolaridade, a aprendizagem possui forte relação com crescimento econômico (Hanushek)*



Investir em Educação, com
qualidade, é sinalizar uma visão
econômica de **longo prazo**.

É aprender com o passado e
corrigir o maior erro histórico do
Brasil: o descaso com a
Educação.

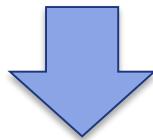
A PEC 241/2016 também visa corrigir um desequilíbrio histórico de gestão pública. Ao proteger a Educação, a PEC pode maximizar suas **vantagens** e minimizar seus **riscos**,

observando que para o País assumir um patamar mais alto de desenvolvimento social e econômico, além de reduzir a dimensão e o impacto de crises futuras, é preciso colocar o direito fundamental à **Educação como eixo central** do projeto nacional

Como conseguir isso?



- 1) Manutenção do mínimo constitucional para MDE atrelado às receitas líquidas, no patamar de **18%** como atualmente determina a Constituição Federal



Maior proteção para a Educação, sem desequilíbrio fiscal

- 2) Ampliação dos investimentos da União na Educação, retirando as despesas com MDE do teto de gastos (*como se fez com Fies e Prouni*), com concomitantes reformas tributária e da Previdência e revisões de privilégios e ineficiências



Maior qualidade e equidade na Educação

Mais crescimento como resultado da Educação, sem desequilíbrio fiscal

Qual o impacto potencial
da PEC 241/2016 na
Educação?



Alterações da PEC 241



Despesas com o Governo Federal com Educação* entram no **bole orçamentário que estará limitado** a crescimento pela inflação ano após ano – ou seja, há um teto conjunto para a Educação e demais áreas (mas não um teto individual para cada área)

Mínimo constitucional que o Governo Federal deve aplicar em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) **deixa de ser reajustado pelo crescimento da receita** e passa a ser somente atualizado pela **inflação**, já a partir de 2018

* - Transferências constitucionais para Estados e Municípios, complementação do Fundeb e renúncias fiscais (Fies e Prouni) estão fora do teto

A questão do mínimo constitucional



Se haverá um mínimo constitucional para a Educação que será reajustado pela inflação (sem perda real), a Educação perde potencial de investimento?

Em comparação com o que temos hoje,
SIM,

se o crescimento da receita for superior à inflação (*como se espera*):

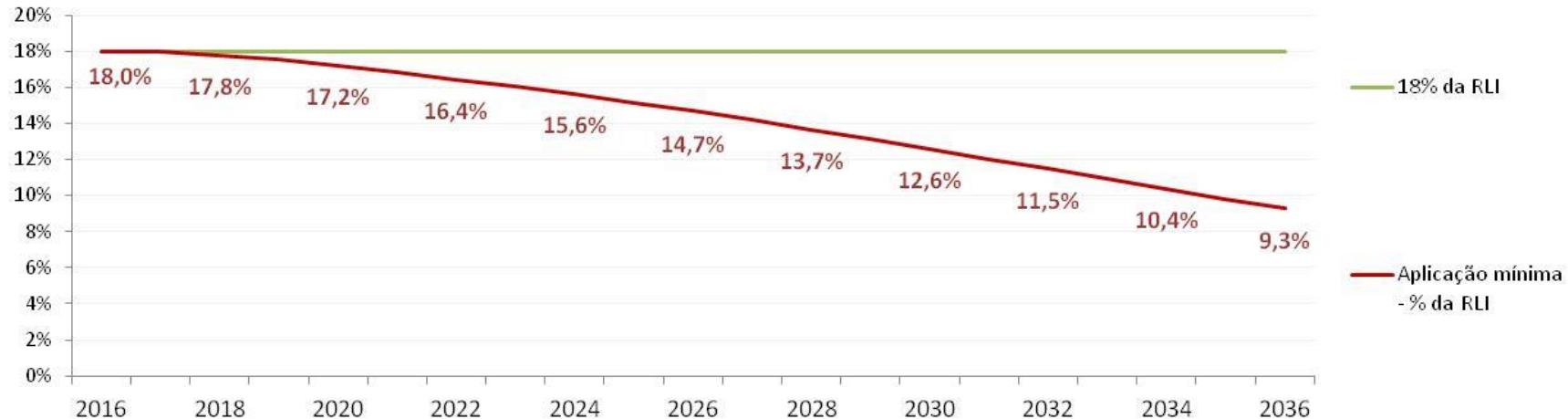


Fonte: ET 11/2016 -
Conof/CD

Após 2025,
extrapolação
elaborada pelo TPE

A questão do mínimo constitucional

Cenário possível dos investimentos da União em MDE (% da RLI)



Em 2026 (último ano do primeiro período da PEC), o mínimo chegaria a apenas 14,7% da RLI. Já em 2036, chegaria praticamente à **metade** da proporção que é hoje

Hoje aplicamos 23% da RLI em MDE, mas nem sempre foi assim: em 2007, 2008, 2010 e 2011 o investimento em MDE ficou abaixo dos 20% da RLI

Fonte: Conof/CD. Após 2025, extração elaborada pelo TPE

A questão do mínimo constitucional



A vinculação mínima como proporção das receitas líquidas de impostos para a Educação significa a **garantia** de que parte dos frutos do crescimento econômico do país seja investida na formação de nossa população:

Ganhos do presente → Desenvolvimento sustentável de longo prazo

Vale lembrar: um mínimo menor não significa que se investirá menos em Educação, mas há maior segurança de que não haverá subfinanciamento da Educação. E mais: um investimento de 18% da RLI não tem sido suficiente, hoje investimos 23%. **Mas é preciso avançar MUITO na efetividade de cada R\$.**

A questão do teto de despesas



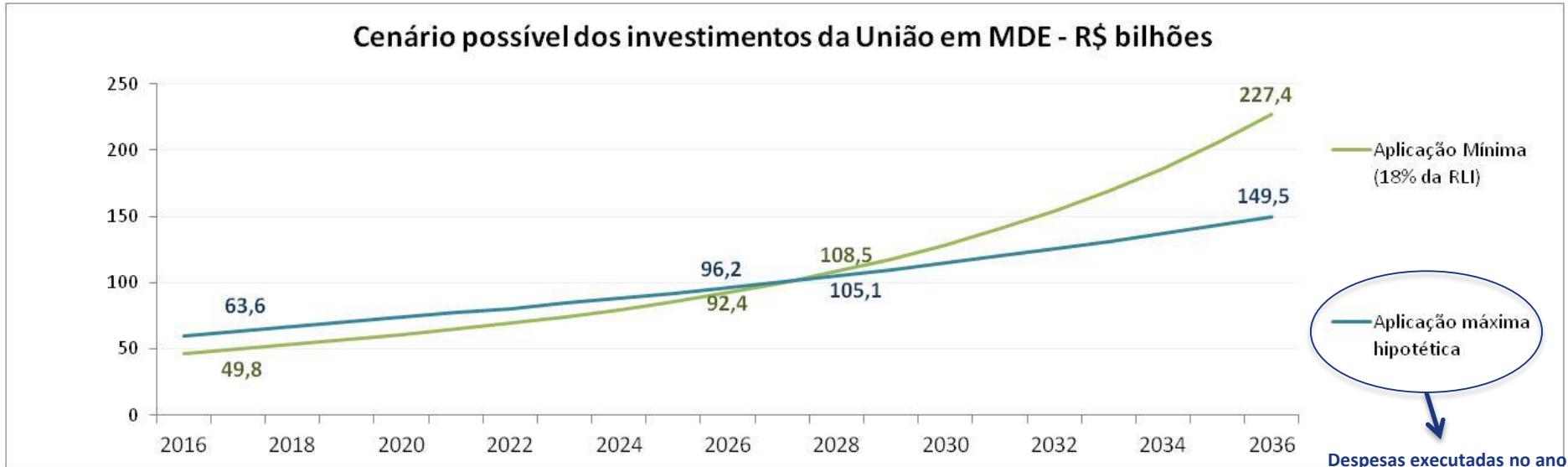
A inclusão da Educação no teto global de despesas a coloca num **cabo de guerra que não deveríamos arriscar** considerando:

- 1) A possibilidade da **Previdência Social** manter sua trajetória de crescimento acima da inflação (*mesmo com reforma*) – corresponde a 38% das despesas primárias da União (já a *Educação* 7%)
- 2) Que a bancada da Educação não tem a **força** que deveria ter
- 3) Que os ganhos da Educação são **futuros**, intergeracionais e por isso são potencialmente subvalorizados

Ainda que não dê para fazer uma previsão robusta sobre como será esse cabo de guerras, vamos supor **teto homogêneo igual à inflação** para todas as áreas...

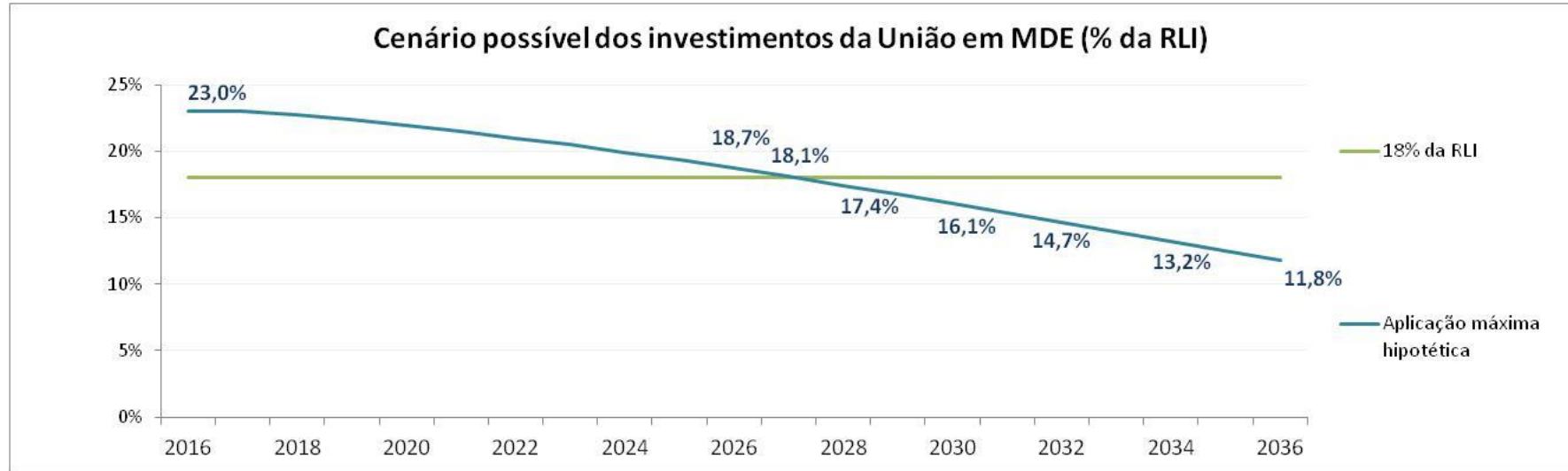
A questão do teto de despesas

Utilizando as projeções da Conof/CD e calculando prospectivamente:



Em 2028, a aplicação máxima hipotética seria **inferior** à aplicação mínima de acordo com as regras atuais. De 2028 a 2036, a perda acumulada seria de pelo menos R\$ 302 bilhões

A questão do teto de despesas



Em 2036, a aplicação máxima hipotética chega a apenas **11,8% da RLI**

Contudo, até 2026 (último ano do primeiro período da PEC), um mínimo de 18% da RLI visivelmente **não pressionaria** para que a Educação ultrapassasse o teto de reajuste da inflação

A questão do teto de despesas



Onde ocorrerá a compressão de recursos?

64% das despesas previstas para 2017 com MDE pelo Governo Federal são **obrigatórias** (*como Fundeb e gastos com pessoal*) e outros 7% são despesas financeiras (Fonte: Estudo Técnico 22/2016 da Conof/CD)

O restante são **despesas discricionárias**:

Institutos federais de Ed. Sup. e Prof.

Programa Nacional do Livro Didático

Exames e avaliações da Educ. Básica

Bolsas do PIBID – apoio à docência

Escolas de Educ. Infantil - Proinfância

Alfabetização na idade certa - Pnaic

O papel da União na Educação



A União representa cerca de 20% dos investimentos públicos em Educação no país, principalmente concentrados na Educação Superior, entretanto na Educação Básica ela é **decisiva**.

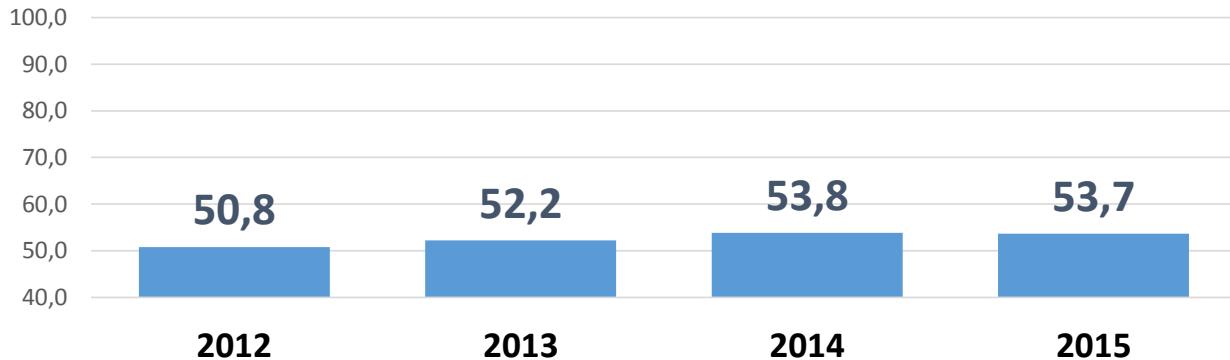
O investimento da União é indutor de qualidade e equidade

Principal missão é a **formação dos professores**: presencial, em tempo integral, com currículo adequado (necessário um enorme fomento à pesquisa em didática para formar os formadores dos professores).

Formação de Professores



Professores do Ensino Médio com formação adequada para todas as disciplinas que lecionam (%)



Professores do Ensino Médio sem formação adequada para todas as disciplinas que lecionam (2015): 192 mil

Física: 25,1%

Sociologia: 13,0%

Fonte: Censo Escolar/Inep/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação

Qualidade da formação

ESTADÃO OPINIÃO • Educação para lançar foguetes

OPINIÃO ESPAÇO ABERTO

Educação para lançar foguetes

Confiamos ao professor grande parte do que é e será o Brasil. Por isso devemos apoiá-lo



*Priscila Cruz
30 Outubro 2016 | 03h13

Você terá de contratar e liderar um time com uma missão bem difícil: lançar um foguete tripulado com destino a Marte. Que tipo de profissionais você vai buscar para cumprir essa tarefa? Certamente, pessoas com excelente formação e domínio dos conhecimentos necessários à sua função, capazes de resolver problemas complexos e inesperados, que saibam trabalhar em equipe, desenvolveram estratégias para lidar com diferentes situações – pessoas criativas, inovadoras.

Afinal, chegar a um mundo tão distante não é nada trivial. Sabe o que mais não é trivial? Lançar 25 foguetes por ano. Às vezes, até mais. E sabe que profissionais fazem isso? Os professores. Cada aluno traz desafios a um professor como os do lançamento de um foguete. Cada um deles tem o próprio sistema de propulsão, tem uma condição inicial, diferentes combustíveis, diferentes trajetórias e projetos de vida. Eles têm muitos mundos a alcançar.

O cérebro humano é muito mais complexo (é interessante) que um motor de foguete. Os mecanismos cerebrais de uma criança, a forma como ela pensa, comprehende, aprende, reage, se desenvolve, produz, analisa, reedita – tudo isso compõe uma ciência que precisa ser conhecida por todos os professores preparados para garantir que cada aluno aprenda tudo o que tem direito e muito mais. Ensinar também é uma ciência nada trivial.

Apesar disso, continuamos a ouvir dizer que ser bom professor é um dom. Ao longo da História o professor tem sido representado pela sociedade brasileira como um



Obrigada!

Priscila Cruz
(11) 3145 5377
priscila@todospelaeducacao.org.br